

O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DA CIDADE DE LISBOA (1217-1834) E A SUA ORDEM TERCEIRA (1834-2017)

EL CONVENTO DE SAN FRANCISCO DE LISBOA (1217-1834) Y SU ORDEN TERCERA (1834-2017)

THE FRIARY OF SAINT FRANCIS IN LISBON (1217-1834) AND ITS THIRD ORDER (1834-2017)

HENRIQUE PINTO REMA, OFM¹
Academia Portuguesa de História
hrema@hospitaldejesus.pt

RESUMO:

Os dois primeiros Frades Menores chegaram a Lisboa em 1217 e logo se multiplicaram, acarinhados pela população em geral. Não faltaram filhos da nobreza a professar a Regra da Primeira Ordem e sobretudo da Ordem Terceira. Não admira, por isso, que o humilde ermitério, erguido ao lado da capela dos Mártires, crescesse para convento e sede da Província de Portugal, ao ponto de o lugar passar a ser denominado «Cidade de São Francisco» ou «Bairro de São Francisco». Centenas de frades ali viviam nas mais diversas actividades, pois nele funcionavam o Noviciado, os cursos de Filosofia e Teologia, enfermaria, hospital, recolhimento para idosos e o hospício da Terra Santa, além de majestosa igreja e capelas em diversos sectores.

Todo este rico e largo complexo foi extinto em meados de 1834 pelo regime liberal, que, de algum modo, deixou continuar a Ordem Terceira, ao lado do hospital, que vinha desde o ano 1672. Ela foi superando, ao longo de mais de um século, as mais diversas crises, e no começo do século XXI, o Hospital e o Lar de São Francisco da Cidade aí estão pujantes de vitalidade, muito graças aos irmãos e irmãs da Fraternidade da Ordem Terceira.

PALAVRAS-CHAVE: Franciscanos – Portugal, Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa, Franciscanos – Lisboa, Ordem Terceira – Lisboa.

¹ *Nota de la redacción:* con la publicación de este trabajo queremos rendir homenaje al P. Henrique Pinto Rema, reconociendo su larga trayectoria y su meritoria aportación al estudio del franciscanismo en Portugal.

RESUMEN:

Los dos primeros Frailes Menores llegaron a Lisboa en 1217, y pronto su número se multiplicó gracias al cariño de la gente. No faltaron miembros de la nobleza que profesaron la Regla de la Primera Orden y sobre todo la de la Tercera. No resulta por ello sorprendente que el humilde eremitorio, levantado al lado de la capilla de los Mártires, creciese hasta convertirse en un convento y en sede de la Provincia de Portugal, hasta al punto de que el lugar pasó a ser conocido como «La Ciudad de San Francisco» y el «Barrio de San Francisco». Centenares de frailes vivieron allí desempeñando las actividades más variadas, puesto que en él funcionaron el Noviciado, los cursos de Filosofía y de Teología, el hospital, la enfermería, la residencia para los hermanos mayores y el hospicio de Tierra Santa, además de una majestuosa iglesia y de capillas en diferentes sectores. Todo este rico y amplio complejo fue suprimido en 1834 por el régimen liberal que, de algún modo, permitió que la Orden Tercera continuase junto al hospital, que databa del año 1672. Tras superar diversas situaciones de crisis a lo largo de más de un siglo, a comienzos del siglo XXI el Hospital y el Hogar de San Francisco de la Cidade están hoy llenos de vitalidad, en buena medida gracias a los hermanos y hermanas de la Fraternidad de la Orden Tercera.

PALABRAS CLAVE: Lisboa, Convento de Sao Francisco de Lisboa, Tercera Orden en Lisboa, Franciscanos en Portugal.

ABSTRACT:

The first Friars Minor arrived in Lisbon in 1217, and their numbers multiplied quickly as they received support and affection from the local population. Not surprisingly then, the humble hermitage erected next to the chapel of the Martyrs became a huge building complex, to the extent that it became known as «Saint Francis City» and «Saint Francis Quarter». The Friary of Saint Francis housed the headquarters of the Franciscan Province of Portugal, the novitiate, the school for philosophy and theology, the infirmary and residence for elderly brothers, a hospital and hospice, in addition to a large church and chapels in different areas of the complex. The friary was suppressed by the liberal regime in 1834, but the Third Order was allowed to remain to maintain the Hospital of San Francisco de la Cidade, which is still open and full of vitality at the beginning of the 21st century, thanks to the efforts of the sisters and brothers of the Third Order.

KEYWORDS: Lisbon, Friary of Sao Francisco of Lisbon, Franciscans in Portugal, Franciscan Third Order in Lisbon.

Para citar este artículo/Citation: REMA, Henrique Pinto. «O Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa (1217-1834) e a sua Ordem Terceira (1834-2017)». *Archivo Ibero-Americano* 77, nº 284 (2017): 277-312.

INTRODUÇÃO

São Francisco de Assis nasceu por 1181 e no baptismo deram-lhe o nome de João. Porque o seu pai ia abastecer-se à França de panos para o seu próspero negócio e ele na juventude começou a acompanhá-lo e da França trazia canções francesas, que ensinava aos seus companheiros, na qualidade de «rei da juventude de Assis», começou a ser chamado filho do Francês e, depois, o Francês («Francesco», «François», «Francisco»).

Pelos 25 anos de idade chegou à conclusão de que a fortuna paterna lhe tiraria felicidade e liberdade... e renunciou à herança nas mãos do Bispo de Assis e da autoridade civil. Entregou as ricas vestes ao pai, que estava presente, e o Bispo de Assis cobriu-lhe a nudez com um manto de pobre.

Os companheiros de ontem notaram-lhe a «conversão» e foram aderindo ao mesmo ideal de pobreza evangélica. Quando já tinha doze a seguir este novo e original modo de vida, à cautela, a fim de não serem considerados hereges, desceram a Roma a solicitar do Papa Inocêncio III a aprovação do seu viver, o qual lho concedeu, depois de ouvido o parecer do Bispo de Assis e do Cardeal de Santa Sabina. Tal aconteceu em meados de 1209. A Ordem Franciscana celebra liturgicamente a efeméride a 16 de Abril.

Porque a aprovação pontificia foi dada de viva voz, sem documento, os primeiros «Frades Menores» só pregavam depois de obtida autorização dos Bispos e dos párocos. Por Regra e Estatuto tinham apenas o Evangelho, a revelação bíblica. Mas foi o suficiente para em pouco tempo estes Religiosos de vida itinerante inundarem a Itália, a Europa, o Norte de África e a Ásia Menor.

Os Frades Menores chegaram a Portugal em 1216 e a Lisboa no ano seguinte, o que nos ocupa na Primeira Parte.

Ilegalizadas as Ordens Religiosas em meados de 1834 pelo regime liberal, o largo complexo da «Cidade de São Francisco» ficou reduzido quase a nada. Mas, por a Ordem Terceira ser um instituto secular, pôde sobreviver, superando todas as crises, quase sempre ao lado e ao serviço do Hospital e do Recolhimento, em grande forma neste ano centenário.

Este será o objecto da Segunda Parte.

1. PRIMEIRA PARTE: 1834-2017

1.1. O ermitério dos mártires

As *Crônicas da Ordem da Ordem dos Frades Menores*,² da autoria de Fr. Marcos de Lisboa, OFM, (1511-1591), publicadas a instâncias de Fr. André da Ínsua, Ministro Geral (1547-1553), foram traduzidas em muitas línguas e tiveram umas cem edições. No primeiro volume ou primeira parte, Marcos de Lisboa conta a vida de Fr. Zacarias e Fr. Gualter³ a partir de «Crônicas antigas»: Foram de início «mal ouvidos e entendidos em Portugal, por serem estrangeiros. Por não trazerem Regra e não serem professos num Instituto religioso, [...] não os deixavam habitar ou morar alguns lugares», não fossem eles «hereges de Itália».

Quem lhes valeu foi a Rainha D. Urraca, que os reconheceu como verdadeiros servos de Jesus Cristo e «professores da vida evangélica»; e o Rei D. Afonso II os «agasalhou» perto de Coimbra, perto de Lisboa e na vila de Guimarães em «algumas ermidas e lugares».

Fr. Manuel da Esperança⁴ confirma a informação de Fr. Marcos de Lisboa. Fr. Zacarias e Fr. Gualter são mandados para Portugal no Capítulo Geral de 1216, com dois companheiros. Fr. Zacarias destinava-se a fundar a casa de Lisboa, e Fr. Gualter, a casa de Guimarães. Foram mal recebidos, como se fossem hereges. Estranharam-lhes a língua, o vestir etc. Mas eles mostraram carta de recomendação do Fundador Francisco de Assis, e os críticos verificaram tratar-se de homens de Deus.

Lisboa queixou-se de Fr. Zacarias ter ficado em Alenquer, como se lê no citado cronista Esperança:⁵ «Pelo que, importunado de suas devotas queixas, o mesmo São Zacarias, como teve frades, veio com eles começar este convento. E neste próprio ano de 1217 põem a sua fundação os padres».⁶

Principiou por ser humilde hospício no Monte Fragoso, hoje denominado Chiado, junto à ermida dos Mártires Veríssimo, Máxima e Júlia (hoje Basílica dos Mártires), nos subúrbios da cidade (então confinada ao castelo). A ermida era obra de promessa do rei D. Afonso Henriques (1128-1185) «de fundar nesta paragem, donde também os cristãos estrangeiros o ajudaram a combater a cidade, então em posse dos mouros,

2 Fr. Marcos de LISBOA, OFM, *Crônicas da Ordem da Ordem dos Frades Menores* (Lisboa - Alcalá de Henares - Salamanca, 1557-1570).

3 Marcos de LISBOA, *Crônicas...* (Edição de Lisboa, 1615), 170.

4 Fr. Manuel da ESPERANÇA, OFM, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal* (Lisboa, 1666), 1:58.

5 ESPERANÇA, *História Seráfica...* citando Fr. Marcos de Lisboa, Fr. Lucas Gonzaga. Reboledo, *História da Igreja de Lisboa e Monarquia Lusitana*.

6 ESPERANÇA, *História Seráfica...*, 2:185ss.

um convento de religiosos em que Deus fosse louvado [...] Por esta mesma razão, ordenou assim D. Afonso II [1211-1223], nos cortaram tão largamente o campo para edifícios e cerca [...] que ainda recolhe mais de 130 religiosos».

Se o Rei deu a licença, o sítio e abundante ajuda, «deixara também lugar à devoção dos fiéis».

Fr. Zacarias e o companheiro montaram uma barraca para dormir e comer; iam fazer a sua oração e meditação na ermida ao lado e subiam à cidade para algum trabalhinho, a fim de ganhar o pão com o suor do rosto. O exemplo do seu viver contagiou a população, que foi aderindo, convencida de que a pobreza era uma grande riqueza e dava uma enorme alegria e liberdade de movimentos.

Por este hospício passaram os Cinco Mártires de Marrocos em 1219 e Santo António de Lisboa quando se despediu de Portugal em 1221.

Honório III, em 1222, pede ao guardião para reformar certos abusos do clero nesta cidade. Eles pregavam a Cruzada e a conversão dos judeus.

1.2. O convento de São Francisco da cidade de Lisboa

Já no ano de 1246 estava principiada uma igreja maior. O Papa Inocêncio IV concedera 40 dias de indulgência a quem ajudasse esta «fábrica» [Bula de 20 de Junho de 1246, dada em França]. Das obras encarregou-se João Moniz, como se lê em memorial latino de MCCCX (1310), ou seja, 1272 da era cristã: «Ad honorem summi Regis et beatissimae Virginis Matris et beatissimi Nuntii Gabrielis Archangeli, Joannes Moniz, clericus et thesaurius illustrissimi Regis Portugalliae, fecit hoc claustum, capellam et Capitulum, cujus anima requiescat in pace. Era M.CCCX» (Em português: «Para honra do Rei Supremo, da Santíssima Virgem Mãe e do Bem-aventurado São Miguel Arcanjo, João Moniz, clérigo e tesoureiro do ilustríssimo Rei de Portugal, fez este claustro, capela e capítulo, cuja alma repouse em paz Era de 1310»). E tirando daqui 38 anos [...] ficam 1272 anos.⁷

Este hospício e outros do género em Portugal enquadraram-se na Província franciscana de Espanha em 1219. Pouco depois, eles formaram a Custódia de Portugal, que por 1232 passou para a dependência da nova Província de Santiago de Compostela.

Como o número dos conventos não parava de crescer, em 1272 a Custódia de Portugal desdobra-se em duas: Custódia de Lisboa e Custódia de Coimbra. Em 1330 é criada uma terceira Custódia, a Custódia de Évora.

O Grande Cisma do Ocidente surge em 1378 e vai prolongar-se até 1417. Enquanto Portugal adere ao papa de Roma, Espanha adere ao Papa de Avinhão.

⁷ Marcos de LISBOA, *Crônicas...*, 170.

Talvez por isso, verificamos que de 1380 a 1384, o Ministro Provincial de Santiago, Fr. Fernando de Astorga, reside em Portugal, e em 1384 é eleito Ministro Provincial da Província de Santiago o português Frei Vasco Pereira. Assim, de alguma forma, começa a Província de Portugal, como tal nomeada em 1407, com a sua casa-mãe no convento de São Francisco da Cidade de Lisboa.

Assim se iniciava a gesta dos Frades Menores em Portugal, incluindo Lisboa.

O arquivo principal da Ordem dos Frades Menores em Portugal ardeu em 30 de Novembro de 1741. Por isso, a história dos primeiros tempos da Província de Portugal tem de limitar-se muito ao que nos legaram os cronistas Fr. Marcos de Lisboa e sobretudo Fr. Manuel da Esperança. Mas como os franciscanos escrevem sobre a areia, como escreveu o brasileiro Gilberto Freire, dado que o nosso Fundador não era afecto aos letrados, pouco se sabe dos primeiros tempos. Restam as obras, para avaliar o seu êxito.

D. Manuel I (1495-1521) queria desfazer-se da igreja dos Mártires. mas os frades não deixaram, porque nela está a pia baptismal em que foi baptizado o primeiro cristão de Lisboa quando se tomou aos mouros em 1147 (p. 190). Ela não impediu o alargamento do convento, ainda que, em 1518, o Papa tivesse permitido ao rei a sua destruição, o que não se executou.

O mesmo D. Manuel quis uma igreja magnífica no lugar da antiga e fez a nova, «virando só dos pés para a cabeça o corpo do edificio, ficando a porta da serventia a oriente, pegada à Calçada do Duque D. Jaime.»

Enquanto decorria a obra, «usamos, em falta delas, o alpendre da casa da portaria», «hoje transformado em claustro».

D. Manuel fez o refeitório em 1518.

A pedra para as enfermarias foi dada em 1523 pelos barões Fernão de Castilho e Diogo de Torres.

D. Manuel fez a capela-mor, como consta do testamento de D. Isabel de Mendanha, de 11 de Outubro de 1528. «Tudo deixou por acabar sua morte».⁸

Os irmãos terceiros e os guardiães também ajudaram nestas obras.

Reis e Rainhas prezavam-se «de estar matriculados nos livros de algumas irmandades».⁹

O cronista Esperança cita nomes de frades excelentes em virtude e sabedoria, com relevo para os Ministros Gerais Fr. Gonçalo de Valboa, Fr. André da Ínsua e Fr Bernardino de Sena; para o Procurador-geral na Cúria Romana Fr. João de São Bernardino, um Definidor Geral, três Secretários Gerais, dois Comissários do Reino e os Provinciais.

8 ESPERANÇA, *História Seráfica...*, 189-193.

9 *Ibidem*, 195.

Nas letras evidenciou-se Fr. Aires. Fr. Rodrigo de Sintra foi premiado pelo Rei D. Fernando a 5 de Fevereiro de 1380. Os melhores estudantes iam continuar estudos no estrangeiro, como foi o caso de Fr. Francisco Caldeira a 22 de Agosto de 1510. Cita-se o nome de Fr. António da Arruda, Custódio e Leitor, e o Mestre Fr. Fernão da Veiga.

No fim do século XIV, o convento passou a ficar dentro do perímetro da cidade, quando já tinha noviciado e curso de Teologia, oportunamente incorporado na Universidade de Coimbra. Teve estudos equiparados a graus universitários em 1453.¹⁰

1.3. O poder secular no convento de São Francisco

Após a vitória de Aljubarrota de 14 de Agosto de 1385, D. João I reuniu o Senado na igreja do convento, promovendo procissões, visitas, a festa do Corpo de Deus.¹¹

Frades deste convento exerceram grandes cargos na política, por exemplo, como foi o caso dos Inquisidores Fr. Martim Vasques, Fr. Rodrigo de Sintra e Fr. Afonso de Alprão. O Rei nomeava Capelão-Mor como guarda do Reino a um frade deste convento; os seus Guardiães eram Conselheiros do Estado, desembargadores, deputados, comendatários, pregadores régios, embaixadores, testamenteiros, procuradores, Muitos frades deste convento foram propostos a Santa Sé para arcebispos e bispos.

O cronista Esperança,¹² depois de citar os nomes dos reis D. Afonso III (1248.1279) e D. Dinis (1279-1325) como especiais amigos da Ordem dos Frades Menores, conclui: «A nossa Ordem é dos Reis de Portugal».

Os frades eram defensores do poder régio. Não admira, por isso, que D. António, Prior do Crato, se tivesse refugiado no convento de São Francisco quando saiu do cativoiro.

Neste convento juntaram «os povos para conferirem o que importava às Cortes».¹³

As Cortes constavam de clero, nobreza e povo. Este reuniu-se na sala do Capítulo do Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa em 1544, como preparação para as Cortes de Almeirim. A segunda reunião aconteceu a 27 de Setembro de 1562. Nas Cortes de 1668 foi sede da conferência do «Terceiro Braço» (povo).

No tempo das Invasões francesas, em 1817, os ingleses montaram no convento o seu Hospital Militar, que em 1827 ainda mantinham. Neste ano, a Livraria do convento era franqueada ao público.

10 Margarida CALADO, «Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa», em *Conversas à volta dos Conventos*, ed. por Virginia FRÓIS (Évora: Casa do Sul Editora, 2002), 190.

11 CALADO, «Convento de São Francisco», 196.

12 ESPERANÇA, *História Seráfica...*, 209.

13 *Ibidem*, 215.

Um documento de 22 de Junho de 1828 informa que na Igreja de S. Francisco da Cidade o «braço das Câmaras faça ali as suas reuniões, depois da abertura das Cortes Gerais».

1.4. Observantes desde 1517

O Convento de São Francisco de Lisboa foi governado pelos Frades Conventuais, também chamados Claustrais, até ao Capítulo Geral de 1517. Por bula pontifícia de 29 de Maio de 1517 foi criada a Província da Regular Observância de Portugal, sedeada neste convento. Na passagem da Província de Portugal para os Observantes em 1517, Fr. Francisco de Lisboa, até então Vigário Geral dos Observantes, subiu a Ministro Provincial.

Na época, o rei D. Manuel I decidiu ampliar o edifício, mas morreu logo em 1521. Fizeram-se obras a nível do dormitório e claustros e abriu a enfermaria. O corpo do novo templo foi completado no reinado de D. João III (1521-1557).

Em 1577, o guardião Fr. Pedro de Leiria mandou construir de novo a casa do Noviciado. Nesta época, o convento era limitado, a oeste, pela Rua do Saco (actual Serpa Pinto); a sul, pela Rua do Ferragial (actual Vítor Cordon); a norte, pela Rua da Parreirinha (hoje Rua Capelo); a nascente, pela Rua de S. Francisco (actual Rua Ivens), Semelhante grandeza levou o rei D. Filipe II de Portugal e III de Espanha (1598-1621) a chamar-lhe a «cidade de S. Francisco»¹⁴ e Fr. Apolinário da Conceição o denomina «Bairro de São Francisco».¹⁵

Na segunda metade do séc. XVII terá sido construído o Hospício da Terra Santa, com frades que estudavam Teologia e frades dos peditórios para manter os cristãos de Jerusalém.

Na igreja havia muitas capelas ricas, sendo uma delas a do Bom Jesus de Portugal, «assento da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco». O coro tinha 92 cadeiras muito decoradas.

Da Província de Portugal haveriam de surgir duas Províncias: a dos Algarves em 1532 e a de Santo António em 1568.

Nele funcionavam todos os serviços da Província: o Definitório (ou governo da Província), Noviciado, cursos de Filosofia e Teologia, igreja pública, capelas particulares e até um hospital.

O prestígio dos frades atraía privilégios, não raro contestados por autoridades eclesiásticas. O Bispo de Lisboa D. Mateus (1258-1282) lutou contras as «imunidades» dos frades, excomungando quem não fosse à missa dominical nas paróquias.

¹⁴ *Ibidem*, 193.

¹⁵ Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade... Relatório de 1931 a 1941, 12.

Os Religiosos queixaram-se a Clemente IV, que revogou a lei do dito Bispo de Lisboa a 25 de Janeiro de 1266.¹⁶

Faz-se Memória de Fr. André, falecido em 1571, do servo de Deus Fr. Manuel da Conceição, do tempo dos Provinciais Fr. Francisco da Conceição, Fr. Pedro de Leiria. Fr. Diogo de S. André e Fr. Amador de S. Francisco, «verdadeiros pais dos frades», «Padres da Província». O Fr. Manuel da Conceição, irmão leigo, nasceu em Santa Ana do Vimieiro, Barcelos, professou em São Bernardino da Madeira. Como porteiro do convento de São Francisco de Lisboa, dava muita esmola aos «nossos irmãos da porta». Morreu em 1581.

Mortes notáveis, depois de vida exemplar, foram, em 1596, a do P. Fr. Gaspar de Cuba (a três léguas de Beja) e a do leigo Fr. Estêvão de S. Francisco, de Alenquer.

Em 1598 morreu o leigo Fr. João (não quis ser sacerdote), que passou muitos anos ao serviço da cozinha e dos pobres na portaria, na sequência do Fr. Manuel da Conceição.

Aqui houve frades ao serviço dos empestados, a partir de 19 de Maio de 1569. Nova epidemia surgiu em Setembro de 1579, durante a qual, em 1581, morreram Fr. Jorge de Lisboa e Fr. Francisco de Leiria. Nova peste, em 1598 e 1599, mata Fr. Marcial de Sousa (ex-Provincial), Fr. Pedro da Ascensão, Fr. Pedro dos Santos (leigo) e Fr. Pedro do Rosário (leigo).

A 19 de Março de 1603, o Presidente da Câmara de Lisboa, D. João de Castro, e Vereadores pediram ao Guardião Fr. Pedro de São Francisco frades para acudir a empestados. Cinco responderam de imediato à chamada, entre eles, Fr. Sebastião da Padaria e o enfermeiro-mor Fr. António de São Francisco e mais três. Ali morreram quatro: Fr. Pedro de São Paulo, Fr. Custódio, Fr. Gaspar de Monte Sião e Fr. Gaspar do Espírito Santo (bom letrado, muito estimado pelo Reitor da Universidade de Coimbra, D. Afonso Furtado de Mendonça).

Escaparam à morte: Fr. Francisco da Madre de Deus e o Provedor Fr. António de S. Francisco (falecido em 1637).

Citam-se cinco religiosos eminentes na virtude: Fr. António de Serpa, Fr. Estêvão do Espírito Santo (leigo). Fr. Tomé Correia (de Óbidos), Fr. João de Pádua, e Fr. Simão do Espírito Santo (de Vinhó, Gouveia (em 1633)). Releva-se a vida do Servo de Deus Fr. Gaspar do Espírito Santo, de entre Douro e Minho (Salvador de Lufrei, Amarante), o qual professou na Covilhã como leigo, servindo nas portarias, enfermarias, cozinhas. Faleceu santamente a 29 de Abril de 1648 com mais de 90 anos em São Francisco de Lisboa.

Homens insignes foram sepultados na igreja. Na capela-mor: Rei D. Fernando, donde foi trasladado para Santarém; mãe de João I, D. Teresa Lourenço, D. Manuel

16 ESPERANÇA, *História Seráfica...*, 210ss.

de Lima em 1568, Duque D. João de Meneses e sua mulher D. Isabel de Mendanha; na casa do Capítulo: D. Jerónimo de Sousa, Bispo do Porto, entre outros; na capela de S. António: os Abranches, incluindo D. Álvaro Vaz de Almada.¹⁷

1.5. A Ordem Terceira de São Francisco (século XIII-1834)

O primeiro núcleo de Religiosos moldados por São Francisco de Assis iria inspirar a Ordem das Senhoras Pobres, iniciada por Santa Clara em 1212, que viria a constituir a II Ordem Franciscana (Irmãs Clarissas) e, logo a seguir, a Ordem Terceira da Penitência. Para essa «terceira Ordem», destinada a leigos, escreveu Francisco, a *Carta a todos os fiéis*, considerada o seu primeiro Estatuto. Ali o Fundador insiste na «penitência», repetindo a primeira pregação de João Baptista, de Jesus Cristo e de São Pedro: Converteti-vos, mudai de ideias, mudai de vida.

Tomás de Celano¹⁸ escreveu por 1228-1229: «Por toda a parte, [...] nobres e plebeus, clérigos e leigos, dóceis à divina inspiração, procuravam o Santo. [...] A todos propôs uma regra de vida e indicou o caminho da salvação».

No Pontificado de Honório III, em 1221, surge o texto mais antigo e mais próximo do original da *Regra*, iniciada pelas palavras *Memorial do propósito*¹⁹ para os Irmãos e as Irmãs da Penitência que vivem nas próprias casas. O Papa Gregório IX ratificou-o a 30 de Maio de 1228, mediante a bula *Detestanda*.

Este memorial, destinado a todos os irmãos terceiros de Itália, oferecia mais um modo de vida de irmãos e irmãs nas suas próprias casas do que era uma Regra em sentido canónico, a qual só chegaria a 17 de Agosto de 1289, aprovada pela bula *Supra Montem*, de Nicolau IV, confirmada por vários papas ao longo dos séculos, até à Regra de Leão XIII, de 30 de Maio de 1883, actualizada a 24 de Junho de 1978 pelo Papa Paulo VI.

Perde-se na memória do tempo a data da primeira Fraternidade da Ordem Terceira de São Francisco da Cidade. Segundo o cronista Fr. Manuel da Esperança, nela entrava não apenas «gente ordinária, mas também da nobre, dando a todos exemplo El-Rei D. Sancho o II de Portugal, ao qual imitaram outros reis, rainhas e muitas outras senhoras do sangue real deste reino». Como os Terceiros ficaram em suas casas e as escrituras que fizeram na profissão se perderam, falta hoje a memória do ponto fixo em que tiveram princípio, posto que para provar a sua antiguidade é

¹⁷ Cf. *Ibidem*, 220-243.

¹⁸ Tomás de CELANO, *Vida Primeira*, 37, em *Fontes Franciscanas*. Vol. 1, *S. Francisco de Assis* (Braga: Editorial Franciscana, 2005), 262.

¹⁹ No Lucas WADDINGO *Annales Minorum*, 2:10ss, lê-se outra versão desta Regra da Ordem Terceira. Iniciada pelas palavras: *Si qui voluerint hanc vitam observare*.

bastante a pessoa de El-Rei D. Sancho II (1223-1248),²⁰ que professou esta Regra. Temos também uma Bula do Papa Gregório IX, que começa *Cum illorum*, dada em Rieti a 22 de Abril de 1232, pela qual concedeu aos Terceiros de Espanha, incluindo neste nome também os de Portugal, que os admitissem nos ofícios divinos em tempo de interdito. E desta bula, por tocar a este reino, tirou depois uma cópia autêntica Frei Egas, Guardião de Portalegre, em o 1º de Maio de 1274».²¹

Há que ajuntar-lhe, nesta primeira fase, mais três reis portugueses: D. Afonso IV (1325-1357), D. Pedro (1357-1367) e D. Fernando (1367-1383) e três Rainhas: Santa Isabel, sua nora D. Brites e D. Leonor (mulher de D. João II), mais várias infantas, Martim Afonso Chichorro, filho de El-Rei D. Afonso III, e muitos outros membros da nobreza.

Os irmãos terceiros, por pertencerem a uma «Ordem», gozavam não só de muitos privilégios espirituais, mas também isenções em matérias «do foro, do cânone, sem campo na república e sem armas». «Mas porque pareciam onerosos com estas imunidades, Leão X lhas revogou a instâncias dos Príncipes».²² Ficaram só as graças espirituais.

Por isso, ao longo dos séculos XV e XVI deu-se acentuada baixa da adesão à Ordem Terceira Secular.

Pelo fim do século XVI e começo do século XVII começa a observar-se uma revivescência da Ordem Terceira Secular, e precisamente a partir do grandioso convento de São Francisco de Lisboa, casa-mãe da Província de Portugal da Ordem dos Frades Menores, na sequência das deliberações tomadas pelo Capítulo Geral da Ordem, celebrado em Toledo no Pentecostes de 1606, quando se exaltam as excelências da Ordem Terceira.

A fim de lhe reavivar o espírito, o Ministro Geral enviou frades especializados para as sedes das várias Províncias. Com esta finalidade chegou ao Convento de São Francisco da Cidade, em princípio de 1615, o P. Fr. Inácio Garcia, da Província Franciscana da ilha Maiorca. A primeira cerimónia de admissões de toda a classe de pessoas: eclesiásticos, nobres e plebeus, aconteceu no dia 12 de Julho de 1615. Em 14 de Julho de 1616 fizeram-se as primeiras profissões, nada menos de 316 ide um

20 Cf. ESPERANÇA, *História Seráfica...*, 485ss, onde se conta a vida do nosso rei D. Sancho II, chamado D. Sancho Capelo, pela maneira como mostrava ser franciscano no vestir. Era primo de São Luís, rei de França, também terceiro franciscano. De D. Sancho II há referências no Hagiolégio Lusitano, Monarquia Lusitana e História Eclesiástica de Lisboa. «Vendo-se ele privado do seu reino temporal (retirado para Toledo em 1248), aplicou-se todo a procurar o eterno», com «vestiarias ásperas», «oração prolongada» e dando muitas esmolas aos pobres. Avisou o dia da sua morte. Fez testamento a 3 de Janeiro de 1248 (489) perante o guardião do convento de Toledo e morreu no dia seguinte, tendo sido amortilhado no hábito franciscano e é retratado com o hábito na pedra tumular.

21 ESPERANÇA, *História Seráfica...*, 1:250.

22 *Ibidem*, 1:249.

e outro sexo, e foi eleito o primeiro Conselho da Fraternidade, entrando para Irmão Ministro o licenciado Lourenço de Geriz.

Sucederam ao espanhol Fr. Inácio os portugueses Fr. Bernardino de Sena, guardião do convento de S. Francisco, e seu coadjutor e Leitor de Teologia Fr. Francisco dos Mártires.

Ao longo do século XVII e seguinte continuaram as admissões em grande número. Por 1707, os irmãos e irmãs desta Fraternidade passariam de 12 mil e quinhentos, espalhados por Sacavém, Sintra, Carnide e lugares ribeirinhos de Belém até Oeiras.

Na Corte portuguesa, nesta nova fase, não faltaram adesões, incluindo a de D. João IV, entrado na Ordem Terceira no dia de São Francisco de 1652. Por isso, o Padre Comissário Visitador deslocava-se à Casa Real em dias certos a dar a comunhão e a fazer prática acerca da observância da Regra.

O Padre Comissário Fr. Amaro da Esperança deu enorme incremento à VOT, ao ponto de em 1644 contarem mais de 11 mil os terceiros e terceiras em Lisboa e em «lugares comarcãos».

«Mosteiros inteiros se fizeram deste modo franciscano, sem deixarem a sua Sagrada Religião», a saber: Convento de Palmela e seu Prior D. Diogo Lobo; mosteiro das Comendadeiras de Santos, Recolhimentos do Castelo e das Mercês, cavaleiros das quatro Ordens Militares; da Sé de Lisboa: Deães, tesoureiro, dois arcediagos, quatro cónegos, Beneficiados, Priores, três Inquisidores, quatro Deputados da Mesa da Consciência; o Regedor da Justiça, Desembargadores; nobres: uma Duquesa, uma Marquesa, nove Condes, 12 Condessas, dois Barões e uma Baronesa; quase todos os da Casa Real. D. João IV entrou a 4 de Outubro de 1652, tendo a sua mulher D. Luísa Francisca entrado anos antes. O Príncipe D. Teodósio entrou a 15 de Maio de 1653.

Frequentavam os sacramentos, e todos os meses havia comunhão geral. Era larga a oração mental e vocal nas «duas capelas do claustro da portaria».

Do domingo até à Quarta-Feira de Cinzas havia grandes solenidades, procissão grande e devota de tarde e sermão.

O «Mandato», em Quinta-Feira Santa, era celebrado com lava-pés a 12 pobres, a quem serviam, em refeição, o Comissário e o irmão Ministro.

Exerciam muita caridade e sufragavam os seus defuntos.

Entre os virtuosos Terceiros desta Fraternidade da época contam-se: Briolanja Vogada (+1623), Juliana de S. Francisco (+ 1630), Manuel de Magalhães (+1632) e Luísa do Rosário (+ 8.1.1650).²³

Esta primeira parte da *História Seráfica* termina na p. 631, lembrando mais uma vez que a Família Franciscana até à data tivera um rei na VOT, dois confessores e dois

23 ESPERANÇA, *História Seráfica...*, 1:253-256.

conselheiros de reis, dois penitenciários, um embaixador, um capelão do Papa, quatro nuncios e legados dos Pontífices, 12 Comissários da Santa Sé e outros dignitários.

1.6. Incêndios no convento em 1707, 1741 e 1755

Violento incêndio atingiu a igreja a 9 de Junho de 1707, tendo sido poupada a capela-mor, o cruzeiro e algumas capelas do lado da epístola. Na reconstrução interveio o pintor florentino Baccarelli. O novo órgão deve-se ao mestre de Hamburgo, João Henrique Hulenkanpf.

Novo incêndio deflagrou na madrugada de 30 de Novembro de 1741. Até a casa da Venerável Ordem Terceira não escapou.

O P. Fr. António do Sacramento, que em 1741 contava 30 anos de idade e ali era Mestre de Noviços, descreve, com interessantes pormenores, o que viu naquela data fatídica,²⁴ a seguir dado em síntese.

O Autor desta sexta parte da Província de Portugal tem um sentido providencialista da história, referindo que ele próprio teve o pressentimento do que iria acontecer.

O fogo começou pelas quatro horas da manhã numas aparas perdidas «no balcão debaixo do dormitório dos Padres graves». Não se sabe quem levou o lume àquela hora, quando tudo era escuridão e a Comunidade repousava nos seus leitos, depois da oração das Matinas da meia-noite. O fogo passou ao dormitório dos Religiosos Pregadores, devorou o corredor e as celas, chegou ao telhado e percorreu toda a clausura. Arderam as duas livrarias, os cartórios, as inquirições e manuscritos. Uma «perda irremediável!». A história viva dum convento de séculos, que era casa capitular e detentora do arquivo da Província de Portugal, consome-se no fogo em breve tempo.

Tal como se encontravam na cama, alguns Religiosos arrojaram-se pelas janelas abaixo a fim de salvar a vida. Cada qual fugiu para onde pôde com o pouco que tinha a cobrir o corpo, sujeitos ao frio da época e da noite.

Nenhum Religioso morreu, mas alguns ficaram muito mal- tratados.

Os sinos tocaram a rebate e o povo acorreu. Membros da corte interessaram-se pela sorte dos Religiosos, tendo mandado em carros pipas de água para ajudar a debelar o incêndio.

Conseguiu-se salvar o Santíssimo e as imagens da igreja. O Provincial Fr. Manuel de São Caetano, acompanhado por um noviço, levou a pixide da capela dos Terceiros para a igreja da Senhora dos Mártires. O sacristão-mor e o Mestre de Noviços também se encarregaram de pôr em lugares seguros o Santíssimo. Salvou-se da igreja o que se pôde, mas ficou devassada como se fora uma «praça».

24 Fr. António do SACRAMENTO, *História Seráfica*, sexta parte, dos anos de 1718 a 1768, manuscritos 703 e 704 da Livraria do Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (Lisboa).

«As ruas da parte da portaria estavam ocupadas com livros que se tiraram da livraria comum» e com alguns móveis do Noviciado e celas daquela parte. O fogo continuou pela madrugada fora.

«Queimando o fogo em breves horas tantos dormitórios, guardou respeito a tudo que era do comum». Salvou-se o Noviciado, a igreja e a enfermaria, por serem lugares comuns queridos a Deus.

Os noviços recolheram-se temporariamente no Convento do Carmo, situado na zona.

Houve três dias de silêncio na igreja do convento de São Francisco de Lisboa, sem a celebração dos divinos mistérios. Mas logo no domingo imediato, graças ao trabalho exaustivo dos Religiosos, dos Irmãos Terceiros e dos Sócios das Irmandades, tudo estava posto na igreja. Na procissão com o Santíssimo, de volta das igrejas dos Mártires e do Loreto para a de São Francisco foram acompanhados por Religiosos dominicanos, agostinhos e franciscanos de Xabregas e arrábidos.

A reconstrução das partes danificadas pelo incêndio começou a 3 de Março de 1742 e com um plano grandioso, como o dá a entender o citado cronista Fr. António do Sacramento ao afirmar que tudo parecia estar a correr bem em 1755. As obras de reconstrução do convento prosseguiam «com calor». Aparentava ser uma obra sólida e de duração perpétua. Achava-se reedificada «metade da clausura», depois do incêndio de 1741. O erário régio entrava com 10 mil cruzados por ano para as obras, e contava-se ainda com as esmolas vindas do Brasil.²⁵

Os Religiosos da Província de Portugal orgulhavam-se do novo convento, ousando afirmar que o incêndio de 1741 fora um «benefício do céu». O projecto da reconstrução do velho cenóbio previa o alojamento de uns 300 Religiosos. Em 1742 tinha 141 celas, nove das quais ocupadas com as irmandades do convento. Em 1755 já albergava 200 frades. Em breve seria um dos conventos mais populosos da Ordem Seráfica. Esperavam que o povo acorresse às despesas.

O rei D. João V (1706-1750) contribuiu com avultadas esmolas para a reconstrução, e até emprestou o seu arquitecto Custódio Vieira (falecido em 1744) para dirigir as obras, que ainda não estavam concluídas quando se deu o terramoto de 1755.

1.7. Terramoto de 1 de novembro de 1755

À semelhança do que Fr. António do Sacramento escreveu acerca do incêndio de 1741, o terramoto de 1755 é mostrado em visão a uma Religiosa do mosteiro de Santa Clara de Alenquer. Poucos dias antes de morrer, uma Religiosa anónima

²⁵ SACRAMENTO, *História Seráfica*, cap. LXV, n.º 1194.

daquela casa, num «arroubamento», «em visão clara se lhe apresentaram as circunstâncias do terramoto futuro». Também na vida da Madre Sórora Joana, do mosteiro do Louriçal, falecida dois anos antes do terramoto, se conta uma visão semelhante.

O Autor considera ter sido um «castigo» divino, um aviso do céu.²⁶

O terramoto e o incêndio reduzem a igreja e o convento de São Francisco da Cidade de Lisboa à maior miséria.²⁷

«Santa», de início, era a Província de Portugal. Mas depois sofreu certas «decadências» e «feiezas» na perfeição da vida, conformando-se com a «gente secular», cometendo «excessos». Deus advertiu os Religiosos, e não se emendaram.²⁸

Como não responderam com vida santa aos «repetidos avisos de incêndios e trabalhos», surgiu este «terramoto, golpe da divina justiça».²⁹

Deus escolheu a Solenidade de Todos os Santos como o «Dia Fatal». Portugueses, espanhóis e africanos, esquecidos das suas culpas, Deus os tocou inesperadamente.

Pelas nove horas e meia da manhã, estando o dia sereno e o sol claro, indicando prosperidades, quando nos templos se entrava para a missa, tocou o todo Poderoso com o Seu dedo o globo da terra, para mostrar o Seu poder. Principiou esta a mover-se com tanta valentia, pela duração de meio quarto de hora (com uma pequena interpolação de tempo) que não só pôs em pavor mortal aos habitantes de Portugal, Espanha e de grande parte da Europa e África, senão que também por terra, com perda de muitas mil vidas e de inumeráveis milhões de riquezas, a quantidade de edifícios de bastantes cidades e terras. Entre todas elas padeceu o maior estrago nos seus templos, palácios e casas com as ruínas e incêndios a ínclita Corte de Lisboa, pois o centro e o melhor dela, em pouco tempo, ficou reduzido a um monturo, com o assombro do entendimento humano.

Poucos minutos depois das nove horas da manhã, tocaram os sinos para que os Religiosos acudissem ao coro. Todos foram tomar conta dos seus ministérios. No coro era a hora de Tércia, e a igreja tinha grande concurso de gente quando começaram a sentir-se os primeiros movimentos do terreno.

Como o coro e a nave da igreja, por causa do abalo das obras do convento, mostravam algum ressentimento nas abóbadas, o Padre Mestre Fr. António de Santa Maria dos Anjos Melgaço, entendendo que se arruinava o coro, chamou da sua cadeira que se retirassem com presteza os Religiosos, para que salvassem as vidas. Uns e outros se puseram de fugida, parte deles para os dormitórios novos, outros para os

26 *Ibidem*, cap. LXV, nn. 1099 e 1100.

27 *Ibidem*, cap. LXV, nº 1101.

28 *Ibidem*, cap. LXV, nº 1102.

29 *Ibidem*, cap. LXV, nº 1103.

claustros e para as varandas e alguns para as sacristias. Continuava o formidável movimento, balanceando como ondas em tempestade desfeita. E desencaixando as abóbadas daquele grande templo e convento famoso (assim como fez aos melhores templos e palácios da Corte) os lançou por terra. Ficaram no breve tempo de nove minutos e meio a famosa igreja de São Francisco da Cidade e a maior parte dos edifícios do convento reduzidos a um monturo. Como, pela brevidade do tempo, não puderam todos pôr-se em fuga, a maior parte das gentes que estavam confessando-se, comungando e ouvindo missas ficou debaixo das ruínas, primeiro sepultadas que mortas. Algumas pessoas escaparam à morte, refugiadas na sacristia da Madre de Deus, na capela do Túmulo (?) e no altar da capela-mor. Outras poucas saíram atropeladas pela porta travessa para o adro da igreja dos Mártires, onde parte delas morreram debaixo de outras ruínas. As que fugiram para a porta principal morreram no seu átrio debaixo das ruínas das torres e frontispício da igreja.

Ficaram algumas pessoas com vida entre as ruínas, porém, tão maltratadas com quebraduras de ossos, braços e pernas, que maior alívio teriam na morte do que viverem de tantos tormentos, sem terem quem lhes valesse no seu desamparo.

Os Religiosos moradores no convento que faleceram nas ruínas foram 12 dentro da clausura, dois na Cordoaria Velha em casa de uma fidalga, estando celebrando um e confessando outro; em São Julião, companheiro do Pregador e três no mosteiro de Santa Clara.

Em Alenquer faleceram nas ruínas daquele convento dois Religiosos e três noviços, que montam entre todos o número de 25.³⁰

Entre os 12 falecidos no Convento evidenciaram-se três, a saber:

- Fr. José do Apocalipse, de Linhares, Beira Alta, onde nasceu a 25 de Novembro de 1674 e era guardião a 30 de Novembro de 1741 e escapou então do incêndio;³¹
- Fr. José de São Gualter Gamaride, Padre Mestre, nascido em Ribeira de Vizela, freguesia de São Faustino, a 14 de Março de 1692.³²
- Fr. Miguel das Almas Santas, leigo, nascido em São Miguel da Fronteira a 7 de Abril de 1687.³³

De entre as ruínas do convento de São Francisco da Cidade foram tirados com vida três Religiosos graves, porém tão maltratados de feridas e pisaduras, que padeeceram muitos tormentos até recuperarem saúde.

³⁰ *Ibidem*, cap. LXV, nn. 1106 e 1107. Reparámos, porém, que estas contas, depois de verificadas no original, dão apenas 23.

³¹ *Ibidem*, cap. LXXVI, 734.

³² *Ibidem*, 738, nº 1186.

³³ *Ibidem*, cap. LXXVIII, 741, nº 1192.

As pessoas que morreram debaixo das ruínas da igreja chegaram ao número de 600. Oh dor! Também ficaram debaixo das ruínas e depois queimadas nos incêndios as espécies sacramentais que estavam nos sacrários da capela-mor e da capela da Madre de Deus.³⁴

1.7.1. Os Religiosos em fuga

Os Religiosos que escaparam com vida tomaram caminho para encontrar melhor futuro em lugar onde pudessem escapar à morte. Alguns, mais escrupulosos, tiveram de receber ordem do Provincial para se recolher onde pudessem, que Deus os ajudaria. Esperassem por nova ordem.

Com toda a pressa, cada um tomou o rumo que o Senhor lhe inspirava. Por onde passavam na fuga, verificaram «estragos» em toda a Lisboa.

Teriam morrido em Lisboa mais de 18 mil pessoas.³⁵

Os Religiosos retiraram-se para os montes e descampados, fazendo «clamores ao céu e pedindo perdão das culpas a Deus».³⁶ Passaram o resto daquele dia 1 de Novembro de 1755 a fazer penitência dos pecados.

«Quando a maior parte da gente se achava já livre dos perigos das ruínas, os acometeu o terceiro tremor». Cresceu então o fervor do povo, batendo no peito e conformando-se com a vontade de Deus.

Os incêndios cresciam à medida que se aproximava a noite, matando muita gente que estava nos escombros. Duraram cinco dias e queimou-se «todo o centro da Corte» (Lisboa).³⁷

«No círculo que se forma desde o Campo da Lama [agora Terreiro do Paço], correndo pelo Bairro de Alfama ao Castelo e deste para Santa Justa ao convento de São Domingos, em direitura pela Inquisição, Paço do Duque a São Roque e dali ao Palácio do Calhariz, pela igreja das Chagas em direitura ao mar, exceptuadas duas muradas de casas, tudo ficou reduzido a cinzas», incluindo a igreja Patriarcal e a Sé, os conventos de São Domingos, Carmo, Trindade, Espírito Santo, Elói, Corpo Santo e Boa Hora; as igrejas do Loreto e Encarnação, Chagas, Mártires, São Julião, Sacramento e São Nicolau, Conceição Velha e Nova, Madalena, Santa Justa, São João da Praça e outras igrejas e capelas, entre elas Santo António, o Limoeiro e o Hospital Real.³⁸

Tudo o que era combustível desapareceu transformado em cinza.

³⁴ *Ibidem*, 688, nº 1108.

³⁵ *Ibidem*, cap. LXVI, 689, nº 1109.

³⁶ *Ibidem*, 690, nº 1110.

³⁷ *Ibidem*, 691, nº 1111.

³⁸ *Ibidem*, nº 1112.

Dentro da clausura do Convento de São Francisco da Cidade queimou o fogo as varandas dos claustros, o refeitório, a enfermaria, o dormitório dos velhos, as cozinhas e mais oficinas da Comunidade.³⁹

1.7.2. Formação de Comunidade em Campolide

Alguns Religiosos fugiram para longe ao encontro de abrigo. O Provincial P. Fr. Francisco de Santa Teresa Xavier retirou-se para o Convento de Santo Onofre, na Golegã, sem cuidar de juntar a Comunidade.⁴⁰

O Padre Mestre Fr. Salvador da Guia, guardião do convento, e o P. Mestre Doutor Fr. António de Santa Maria dos Anjos Melgaço, Imediato da Província, tentaram agregar uma Comunidade, mesmo que fosse pequena. Foram passando palavra uns aos outros, acolhidos aqui e acolá e em casas de benfeitores. Apresentaram-se bastantes.

«A primeira acção de culto de Deus» da nova Comunidade aconteceu na festa da Imaculada Conceição, 8 de Dezembro de 1755, «junto de Campolide, defronte das Águas Livres», em ermida abarracada, dedicada à Conceição da Mãe de Deus. O povo acorreu em grande número e com grande alegria.⁴¹

Ali celebraram Vésperas, Matinas e Missa Conventual, esta celebrada pelo P. Melgaço, Imediato da Província, e orou o célebre pregador P. António do Espírito Santo Andrade. Ouviram-se de confissão muitas pessoas.

No fim da solenidade, os frades recolheram-se aos pobres domicílios dos «vizinhos» de Campolide.⁴²

Os citados Guardião e Imediato foram falar aos Padres de São Filipe Neri para lhes emprestarem algum cómodo na sua Quinta de Campolide e ali puderem construir um Hospício, em forma de abarracamento. Davam em troca uma missa de defuntos e ofício por cada padre falecido na Congregação das Necessidades.⁴³

Obtida a autorização dos Padres de São Filipe Neri, puseram mãos à obra e logo fizeram dois apertados cubículos para o Guardião e Imediato. Alimentavam-se de legumes e pouco mais, trazidos por um irmão leigo, que os recolhia da mesa da caridade.⁴⁴

39 *Ibidem*, 692, nº 1113.

40 *Ibidem*, cap. LXVII, 693, nº 1114.

41 *Ibidem*, 694, nº 1116.

42 *Ibidem*, nº 1117.

43 *Ibidem*, nº 1118.

44 *Ibidem*, 696, nº 1119.

«Todos os trabalhos que os Religiosos padeciam naquele desabrigo lhes eram suaves, porque entendiam que tudo mereciam pelas suas culpas». Só os magoava «a falta de ornamentos» para a missa «naquele pavilhão de campanha».⁴⁵

Na tarde da festa da Imaculada Conceição de 1755 houve grande procissão de penitência, com cruces aos ombros, grilhões, cilícios etc.⁴⁶

O povo vivia também abarracado pelos retiros de Campolide, à semelhança dos frades, que tiveram de trocar a riqueza do convento de São Francisco pela pobreza de tenda coberta por vela de navio em campo raso.⁴⁷ Na barraca celebraram-se os ofícios divinos e administraram-se os sacramentos ao povo até à Semana Santa de 1756.

Entretanto, aperfeiçoam-se os móveis da barraca com a madeira que restara do fogo numa «suficiente igreja, coro e sacristia», onde, no domingo de Palmas ou Ramos se celebrara a primeira missa e se fizera a procissão pública do «triufo», com a perfeição possível, como se fora no convento. A igreja e o coro eram alegres, com três altares, algumas imagens salvas do terramoto.⁴⁸

Chamavam ao «Hospício» de Campolide «Convento de São Francisco». Deus o protegeu de tal maneira, que em vez de terem de ir pedir esmola, os frades é que davam esmola ao povo.

Num ano puderam edificar cômodos para 40 frades, com todas as «oficinas» necessárias, tais como a cozinha, o refeitório, a lavandaria, a rouparia etc.

No mesmo Hospício celebrou-se a Congregação, presidida pelo Provincial Fr. Francisco de Santa Teresa, na Quaresma de 1756, depois de recolher do convento de Santo Onofre da Golegã a Lisboa.⁴⁹

O P. Fr. João dos Prazeres, Comissário Geral da Terra Santa, mandou edificar junto do Hospício dos Religiosos outro Hospício para si e para os frades determinados para as esmolas da Casa Santa de Jerusalém. Também os Irmãos Terceiros mandaram construir outro Hospício ao lado do dos Religiosos com capela pública e cubículos para o Comissário e companheiros.⁵⁰

O Hospício de barracas situava-se na «Quinta dos Reverendos Padres Neres» (Padres de São Filipe Neri), em Campolide. Ali começaram a juntar-se pessoas, ao ponto de se tornar uma «grande vila de barracas», comandadas por um «capitão».⁵¹

45 *Ibidem*, 696, nº 1120.

46 *Ibidem*, 697, nº 1121.

47 *Ibidem*, nº 1123.

48 *Ibidem*, nº 1124.

49 *Ibidem*, nº 1125.

50 *Ibidem*, 700, nº 1126.

51 *Ibidem*, cap. LXIX, 701, nº 1127 e 1128.

1.7.3. Comunidade no arruinado convento de São Francisco

Alguns Religiosos continuaram a habitar no arruinado convento de São Francisco da Cidade, apesar de o Provincial lhes ter dado licença para viverem dispersos (p. 703, Capítulo LXX, n. 1131).⁵²

Foram de início sete os que não abandonaram o Convento em ruínas, a saber:

P. Mestre Jubilado Fr. Eusébio de Santa Maria, porque não sentiu os movimentos do terramoto; Fr. Francisco da Apresentação, Definidor; Fr. António de Santa Maria, Pregador Jubilado; Fr. José de Jesus Maria Desterro, idem; Fr. João de São Francisco, Definidor Recoleta.

Irmãos leigos: Fr. António de Nossa Senhora do Capítulo, enfermeiro, e Fr. João de Capistrano.

Retiraram para a cerca com alguns seculares enquanto duraram os incêndios; a seguir, recolheram-se a algumas celas dos dormitórios novos, sem ruína.

Agregaram-se, depois, a estes outros Religiosos antigos, que se abrigaram debaixo das ruínas do convento. Eram 12 e durante cinco meses sustentaram-se do que iam arranjando, guardada a santa pobreza.⁵³

Eram Religiosos sem medo dos tremores e confiados em Deus. Viviam em comunidade, com missa e o mais, celebrada em cela grande, com o Santíssimo. Governava-os um Presidente, «enquanto a comunidade principal assistia no Hospício de Campolide».⁵⁴

Na Quinta-Feira Santa de 1757 expuseram o Santíssimo. Passadas semanas da Páscoa do mesmo ano, tiveram o gosto de celebrar a primeira vez no convento arruinado os três dias do Lausperene.

Tinham celas, mas não igreja nem coro, nem sacristia, nem refeitório, nem oficinas. Só lá podiam viver Religiosos sadios.⁵⁵

Seguramente há males que vêm por bem. Muitas conversões se deram com tão enorme calamidade.⁵⁶

1.7.4. A reconstrução do Convento de São Francisco

Fr. José de Santa Ana, Prelado maior da Província, «actual Custódio», a 8 de Junho de 1757 começou a reconstrução do convento, quando estava ainda em curso a reconstrução iniciada em 1742.⁵⁷

⁵² *Ibidem*, cap. LXX, 703, n° 1131.

⁵³ *Ibidem*, n° 1132.

⁵⁴ *Ibidem*, 705, n° 1133.

⁵⁵ *Ibidem*, n° 1134.

⁵⁶ *Ibidem*, cap. LXXI, 706, n° 1135.

⁵⁷ *Ibidem*, cap. LV, 992, n° 1586.

A Comunidade recolhe-se ao convento no domingo *In Albis* de 1759 (oitava da Páscoa), sendo Provincial Fr. José de Santa Ana. Pelas 17h inicia-se uma Procissão desde Campolide, onde existia o «Hospício dos Religiosos», levando na frente um terno de clarins, soldados, membros da Corte, Ordem Terceira etc.⁵⁸

1.8. De novo no convento de São Francisco da cidade

No ano de 1768, termo da sexta parte da *História Seráfica*, afirma o Autor Fr. Antônio do Sacramento que estavam acabadas as «duas quadras» com igreja interna para a parte nascente, com oficinas internas, feitas de novo, conforme as antigas.

O Núncio, em 12 de Agosto de 1775, por pressões do Marquês de Pombal, nomeou «Provincial Reformador» o Padre Mestre Doutor Frei Luís de Santa Clara Póvoa, Deputado da Real Mesa Censória. D. Maria I (1777-1792), logo que subiu ao trono, comunicou ao Núncio Apostólico que pretendia que as diversas Ordens Religiosas voltassem a eleger os seus Provinciais, tal como constava dos respectivos Estatutos. Informada acerca dos frades mais dignos, decidiu por Fr. Manuel dos Querubins, então residente no convento de Vila do Conde, que foi nomeado Provincial por breve seu de 14 de Junho de 1777. Ele nascera em Vila do Conde a 5 de Setembro de 1709, filho de Paulo Fernandes Lourenço de Lima e Luísa Francisca.⁵⁹

«Foi nomeação de gosto para a Província, porque as eleições de Prelados e repartições dos lugares se tornavam a pôr, conforme as leis da Ordem e segundo o que estava determinado na Bula de Tripartita».⁶⁰

Como o Provincial nomeado estava ausente, só se fizeram as comuns demonstrações de alegria e repiques e luminárias depois que o novo Prelado chegou ao convento de São Francisco da Cidade, em Lisboa. Com grande paz, o novo Definitório procedeu à eleição dos Prelados locais.

Logo no início do seu triénio enviou aos conventos da Província uma carta patente pastoral com diversas recomendações.⁶¹

Em 1779, por sugestão da Rainha D. Maria I, como ele mesmo declara, publicou nova carta pastoral aos conventos de frades e freiras da Província, exortando-

58 *Ibidem*, cap. LVI, 994.

59 Cf. *Registos Paroquiais de Vila do Conde* e Francisco de VASCONCELOS, «Os Vasconcelos de Vila do Conde», *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde* 1-2 (1987).

60 IAN/TT, manuscrito da Livraria nº 704, pp. 112-113, obra de Fr. Antônio do SACRAMENTO, intitulada *História Seráfico-Cronológica da Ordem de São Francisco da Província de Portugal*, sexta parte (anos 1719-1779).

61 Arquivo dos Vasconcelos de Vila do Conde, Carta Patente de Fr. Manuel dos Querubins, datada de 1779 e impressa na Régia Oficina Tipográfica.

os a cumprirem as regras sobre a clausura, a evitarem as ambições pessoais e a promoverem a defesa do voto de castidade.⁶²

Destacou-se não só como restaurador das regras e estatutos da sua Ordem, mas também pelo elevado número de cartas patentes pastorais,⁶³ nada menos que dez, sempre com o objectivo de reforçar a vida espiritual dos religiosos.

Frei Manuel dos Querubins apela aos Religiosos que se ofereçam para reforçar as missões em Angola,⁶⁴ lembra «a estreitíssima obrigação que lhes incumbe de cooperar para a salvação das almas, para cujo fim receberam a graça da ordenação».

Aos Religiosos pede repetidamente respeito pelo rigor da Clausura, o cumprimento dos votos de Castidade, Pobreza e Obediência, e dos deveres de Caridade e Estudo, lamentando também que, em desrespeito da Regra então vigente, alguns frades usassem camisas,⁶⁵ meias e sapatos fechados ou viajassem a cavalo.

Na visita pastoral feita aos conventos da Província⁶⁶ de Setembro de 1777 ao fim do ano seguinte, apesar do protocolo que na época rodeava o Provincial, recusou comitivas de acompanhamento⁶⁷ e luxos na comida e acomodação nos conventos em que se hospedava.

Ao fim do triénio do seu governo já pôde haver Capítulo da Província para a eleição do seu sucessor.

Morreu, com todos os sacramentos, no dia 5 de Abril de 1790 («das 6 para as 7 horas da noite»), quando se encontrava no Terreiro de Vila do Conde, na casa do seu irmão

62 *Notícias curiosas pertencentes a esta Província de Portugal*, manuscrito datado de 1825, do arquivo da Província dos Santos Mártires de Marrocos de Portugal.

63 Arquivo do Seminário da Luz (OFM), *Livro que mandou fazer o M. R. P. Frei Domingos de S. Germano, sendo Guardião deste Convento de S. Francisco de Guimarães, para nele se trasladar as patentes da Província*. Manuscrito iniciado em 1776, pp. 21-29; Arquivo dos Vasconcelos de Vila do Conde, Carta Patente de *Frei Manuel dos Querubins, Pregador Jubilado, Ministro Provincial e Servo dos Religiosos Observantes de N.S.P.S. Francisco nesta Santa Província de Portugal, a todos os Religiosos e Religiosas desta nossa Santa Província...* (Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1779).

64 Muito desfalcadas, devido nomeadamente à expulsão dos jesuítas.

65 De acordo com a regra de então, os frades deviam andar com o hábito, e por baixo dele não deviam usar camisas finas, mas simplesmente uma espécie de camisola interior e umas bragas. Não calçavam sapatos mas apenas sandálias sem meias. A Regra obrigava-os também a fazerem a pé as suas viagens (o que as tornava demoradas). Mas os frades que estivessem doentes podiam usar meias e viajar de carroça ou de burro (mas nunca a cavalo).

66 A regra impunha aos provinciais que todos os anos, por si próprios ou através de um delegado, visitassem todos os conventos da sua Província. Assim, em Setembro de 1777 iniciou a visita à Província, começando pelos conventos da Golegã, Torres novas, Tomar, Abrantes, Asseiceira; em Junho de 78 estava no de V^a N^a de Cerveira; em Novembro seguinte, no do Porto; mas em Janeiro de 79 já estava de novo em Lisboa.

67 Na época, um protocolo bastante mais pesado que actualmente rodeava o Provincial.

António, então Prior da Vila Conde. Foi sepultado no cemitério dos frades do convento de Nossa Senhora da Encarnação, «na quadra da parte do Norte, número 2».⁶⁸

Sucedeu-lhe como Provincial Fr. Manuel de São Carlos, pregador geral, comissário geral da Terra Santa, o qual foi eleito no Capítulo Provincial celebrado em Lisboa em 20 de Maio de 1780.⁶⁹

1.9. Nas vésperas da extinção do convento de São Francisco

Já dento da Revolução Liberal, efectuou-se mais um *Capítulo Provincial* a 24 de Maio de 1828, presidido por Fr. Lourenço de Santa Margarida, pregador jubilado, ex-Definidor, Ministro Provincial e Visitador da Província de Portugal, em que saíram eleitos:

Ministro Provincial – Fr. António Joaquim de S. Bárbara

Custódio – Fr. Prudêncio da Conceição

Definidores – Fr. António Januário da Natividade, Fr. Manuel da Natividade, Fr. Lourenço Justiniano da Conceição e Fr. João de Santo António Pinheiro

Secretário – Fr. João de Santo António Pinheiro

Comissário da Corte – Fr. José Pedro de Jesus Maria.

Guardião de S. Francisco da Cidade de Lisboa – Fr. José da Conceição Fragoso.

1.10. Fim do convento de São Francisco da cidade em 1834

Em 24 de Julho de 1833, as tropas liberais tomaram posse de Lisboa, e foi o princípio do fim das Ordens Religiosas na capital, até à sua extinção legal em 30 de Maio do ano seguinte.

De facto, a 11 de Junho de 1834 deu-se o auto de posse aos inventariantes e começou a avaliação de foros, de pensões, de legados. Ao prédio da Rua Nova dos Mártires, de 7 a 11, e para a Rua do Ferragial, de 10 a 12, atribuíram o valor de 3.500.000 réis; ao convento propriamente dito, 6.000.000 réis; ao quintal, 400.000 réis.

Muitos objectos foram para o Hospital de S. José.

Aos frades egressos que tinham aceitado de bom grado o regime liberal foram ontemplados com uma «prestação» em dinheiro: 22 padres iriam receber mensalmente sete mil réis; 12 irmãos leigos cinco mil réis. A grande maioria dos egres-

⁶⁸ IAN/TT, Conventos diversos, Convento de Nossa Senhora da Encarnação de Vila do Conde, volume 11, 15.

⁶⁹ *Notícias curiosas pertencentes a esta Província de Portugal*, manuscrito datado de 185, no arquivo da Província franciscana actual.

sos deste convento não recebeu qualquer prestação, aliás muito regateada pelo poder público a quem foi prometida.

1.10.1. Hospício da Terra Santa

Embora pertencente ao Convento de São Francisco, o denominado *Hospício da Terra Santa* é tratado à parte na hora da sua extinção.⁷⁰

Ficava na Tr. do Freixinho, a sul da Travessa das Parreirinhas, confrontando a sul com o Convento de S. Francisco; a nascente, com a cerca; a poente, com a Rua Nova dos Mártires.

O inventário iniciou-se a 20 de Novembro de 1833, estando presentes, como testemunhas, entre outros, Francisco dos Santos Pinto, Administrador da supressão da Bula da Cruzada.

Quatro dias depois, fizeram a descrição dos objectos da sacristia: quadros, imagens, candelabros, alfaias de igreja...

As chaves do Hospício suprimido foram entregues ao Conselheiro Comissário Geral da Bula da Cruzada a 12 de Novembro; as chaves da capela e da sacristia, a 30 de Novembro, quando assina também o Conselheiro P. Marcos Pinto Soares Vaz Preto, Presidente da Junta.

Dom Pedro IV e José da Silva Carvalho, a 13 de Dezembro de 1833, assinam decreto de extinção, alegando «abuso vergonhoso que fazia da credulidade dos povos, extraindo-se deles importantes somas sob falsos pretextos e em ludíbrio da verdadeira Religião Católica Apostólica Romana, que parte hão sido desencaminhados por mãos fraudulentas, parte empregados para fins ilícitos e até criminosos». O remanescente seria entregue aos próprios da Coroa e ao Tesouro Público. Portaria do Ministério da Justiça e Negócios Eclesiásticos, do dia seguinte, manda que a Junta meta no Banco de Lisboa os 7.469.068 réis, existentes no Cofre da Terra Santa.

O Fr. Manuel Luís da Conceição, Comissário Geral da Terra Santa, tinha entregue, a 25 de Outubro, 5.288.600 réis à Caixa do Tesouro Público e mais 2.180.778 réis, além dos livros de contas (feitas até fim de Setembro de 1833), quando se registava um saldo de 7.469.378, mas em papel-moeda só 488.000.

Havia empréstimos particulares e dividas.

A 23 de Dezembro apontam-se os móveis, a livraria, o cartório, títulos, grande número de contas do rosário de Jerusalém (destinadas aos párocos e aos Bispos).

Móveis da cozinha, do refeitório e roupas foram levados pelos Religiosos quando se despejou o Hospício e o Convento.

70 ANTT – Arquivo Histórico do Ministério da Finanças, cx. 2266 (Processo 423/459).

A 2 de Janeiro de 1834 descreve-se o edificio existente no Beco da Cardosa, nn. 4 e 5 (em Alfama), pertencente ao Comissariado da Terra Santa: Loja e três andares (alugados: a 7.200 réis a loja; a 9.600 réis o 1º e o 2º andar; a 12.000 réis o 3º andar). Recebia as rendas Fr. José da Conceição Santa Ana.

O prédio da Tr. das Parreirinhas foi avaliado em 20.000.000 réis; o do Beco da Cardosa (a Alfama) em 110.000 réis.

1.10.2. Mapa dos comissários

1. P. Fr. António de Cristo – 1660.
2. P. Fr. António de S. Agostinho – a 1.1.1664.
3. P. Fr. Veríssimo da Conceição – 1700.
4. P. Fr. José da Trindade, Ex-Provincial da Província dos Algarves – 23.1.1701.
5. P. Fr. Francisco de S. Tiago, Pregador Jubilado, Ex-Secretário e Definidor – 13.11.1714.
6. P. Fr. João das Chagas, Pregador Jubilado e Ministro Provincial no Capítulo de 1720, Padre Mais Digno – 5.3.1718.
7. P. Fr. João dos Prazeres, Pregador Jubilado e Padre da Província – 25.11.1726.
8. P. Fr. Caetano da Piedade, Pregador Jubilado – 1757.
9. P. Fr. Manuel de S. Carlos, Definidor em 1775, Provincial em 1780, Vigário Provincial em 1791 – 15.6.1765 (até 25.4.1805).
10. P. Fr. Manuel do Espírito Santo Minde, Leitor de Artes, Custódio Provincial em 1795, Ex-Leitor de Teologia e Examinador das Três Ordens Militares, Padre Mais Digno – 15.6.1805 (até 14.6.1815) (Falta de 1815 a 1821).
11. P. Fr. José Joaquim da Imaculada Conceição, Leitor de Teologia, Cronista da Província e Padre Mais Digno, Arcebispo de Cranganor – 14.11.1821 a 8.8.1826.
12. P. Fr. Manuel Luís da Conceição, Leitor de Filosofia e Teologia e Professor Régio de Retórica – 8.8.1826.

1.11. Destino do espólio do extinto convento

Apos a extinção, o Convento foi utilizado para recolher os bens dos conventos extintos, nomeadamente pinturas, esculturas e alfaias litúrgicas. Em 1836, nele instalaram a Academia de Belas Artes, desdobrada em 1881 em Escola e Academia, e a Biblioteca Pública (origem da Biblioteca Nacional), transferida em 1969 para o Campo Grande, junto à Cidade Universitária.

Das instalações do convento faziam parte a antiga Biblioteca Nacional (hoje Escola de Belas Artes e Academia das Belas Artes), o Governo Civil, o Teatro

São Carlos e o Museu de Arte Contemporânea, para citar apenas os edifícios mais emblemáticos. Na toponímia ficaram a Calçada de São Francisco, as Escadinhas de São Francisco. No passado, o actual Largo da Biblioteca chamava-se Largo de São Francisco; a actual Rua Serpa Pinto chegou a chamar-se a Rua de São Francisco e depois Rua do Saco. Foi sempre a sede da Província de Portugal. Neste período, a arruinada igreja dos Mártires foi transferida para a Rua Garrett. Repare-se que a actual Rua Vítor Cordon chamava-se Rua Direita dos Mártires. A norte abriu-se a Rua Capelo em parte da cerca e oficinas do convento. No Hospício da Terra Santa instalou-se o Governo Civil.

Com as obras pictóricas dos conventos constituiu-se em 1862 a Galeria Nacional de Pintura, aberta ao público em 1868.

Segundo Júlio de Castilho, no espaço que pertencera ao convento em 1886 estavam instaladas a Biblioteca Nacional, a Academia Real das Belas Artes, o Governo Civil, a Polícia, o Ginásio Clube, as propriedades dos senhores Iglésias, a Sociedade de Geografia, um ferrador. Norberto de Araújo, em 1939, identificava naquele espaço o Governo Civil, a Biblioteca Nacional, a Escola de Belas Artes, a Academia Nacional de Belas Arte e o Museu Nacional de Arte Contemporânea. Margarida Calado, no ano 2000, anotava ali o funcionamento do Governo Civil, da Polícia de Segurança Pública, da Faculdade de Belas Artes, da Academia Nacional de Belas Artes, do Museu do Chiado (sucessor do Museu de Arte Contemporânea), da Escola de Dança (em vez do Ginásio) e da Rádio Renascença.⁷¹

71 Cf. CALADO, «Convento de São Francisco», 200.

2. SEGUNDA PARTE (1834-2017)

2.1. A Ordem Terceira de S. Francisco da cidade (1834-2017)

Por deliberação da Rainha D. Maria II, o Irmão Ministro da «Junta» ou Mesa Administrativa deixou de ser obrigatoriamente um membro da nobreza, embora continuasse a sê-lo nos próximos 30 e tal anos.

Extinta a Ordem dos Frades Menores ou I Ordem, a direcção espiritual passou oficialmente, a partir de 1843, para o clero secular.

Extinta a comunidade dos Religiosos em 1834 e profanado o templo conventual e a capela da Ordem Terceira que a ele se encostava – lê-se no *Livro dos Termos da Junta Grande*, folha 169 e seguintes⁷² – os Irmãos pediram ao Governo qualquer dos templos conventuais desocupados. Foram postos à sua disposição, em portaria de 6 de Janeiro de 1838, a Casa Real de Santo António, a igreja do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança e a de São João de Nepomuceno. O Cardeal Patriarca optou pela última e nela exerceram os actos mais solenes – excepto a missa diária, que era celebrada na capela interior do Hospital – até 1854. Neste ano assinaram contrato com os Padres Ingleses do Corpo Santo, talvez por ficar mais a mão da maioria dos irmãos, e naquela igreja se demoraram até 1892, ano em que desfizeram o contrato e passaram para a capela de Nossa Senhora das Mercês, da Rua Formosa, onde estiveram até há poucos anos.⁷³

2.1.1. Agregações de Frades Menores à Fraternidade

No manuscrito nº 30 do Arquivo Histórico da Fraternidade, *Registo de Hábitos e Profissões e Agregações*, na última alínea, a dos agregados, registam-se as entradas na Fraternidade de vários frades franciscanos egressos, isto é, descem da I Ordem para Irmãos Terceira. Citam-se, em Setembro de 1843, «Fr. Manuel da Conceição, que tomou o Santo Hábito e professou na 3ª Ordem de São Francisco». Já o

⁷² Nesta segunda parte, utilizam-se fundamentalmente os documentos originais do Arquivo Histórico da Fraternidade da Ordem Terceira da Cidade, publicados em 200 páginas no livro Fr. Henrique Pinto REMA e Fr. José da Costa SANTOS, *A Fraternidade da Ordem Terceira de São Francisco da Cidade de Lisboa e suas obras Socais* (Cascais: Lucerna, 2016).

⁷³ P. Bartolomeu RIBEIRO, *Os Terceiros Franciscanos Portugueses. Sete séculos da sua história* (Braga, 1952), 144.

P. António dos Prazeres tomou o hábito e professou no extinto convento de Mafra, e entrou em Agosto de 1845 para esta Fraternidade. A 22 de Dezembro do mesmo ano de 1845, Fr. Francisco da Sacra Família, que tomara hábito em 1791 e professara em 1792 no extinto Convento da Arrábida, se alistara nesta Fraternidade. Outro egresso do convento da Arrábida, Fr. José da Sacra Família, tomara hábito em 1802 e professara em 1803, e pagou 16\$00 pela sua agregação a 20 de Fevereiro de 1846. Fr. José da Conceição Santa Ana tomou hábito a 9 de Agosto de 1806 no convento de São Francisco da Cidade, a 23 de Junho de 1819 professou no da vila de Alenquer e a 7 de Novembro de 1854 pagou 16\$000 para ser membro da Ordem Terceira de São Francisco da Cidade.

2.2. A Fraternidade e o Hospital na República de 1910

Segundo parece pelas actas, a vida na Fraternidade da Ordem Terceira de São Francisco da Cidade decorreu sem sobressaltos de maior na passagem revolucionária do regime monárquico para o regime republicano a 5 de Outubro de 1910. Era uma instituição religiosa, sim, mas formada por leigos, sem qualquer feição político-partidária.

A sede da Venerável Ordem Terceira da Cidade já era a Rua Serpa Pinto, na época com o nº 33.

Por ofício enviado ao Governador Civil de Lisboa a 10 de Março de 1911, ficamos sabendo da existência do seguinte pessoal ao serviço no Hospital e no Hospício: dois médicos, um oficial de secretaria, um andador, que acumula as funções de sacristão da capela e de contínuo na secretaria, uma Regente, uma enfermeira para as enfermarias e quartos das senhoras, um enfermeiro para as enfermarias e quartos dos homens, um cozinheiro, quatro criados e cinco criadas.

2.2.1. *Novos Estatutos («Compromisso») em 1913*

Coube à Mesa eleita em 1911 o encargo de proceder às alterações ao seu *Compromisso* (ou Estatutos), que foi aprovado em sessão de 3 de Dezembro de 1911 e ratificado por alvará do Governo Civil de Lisboa de 16 de Julho de 1913.

Não obstante a lei da separação da Igreja do Estado de 1911, na prática, o controlo continuou ainda mais apertado, como o demonstra a correspondência da época. Por exemplo, a 18 de Julho de 1913, o Secretário Raimundo Joaquim Bandeira pede autorização ao Administrador do 2º Bairro para o Mordomo ter a capela aberta ao público, na Rua Serpa Pinto 33, nos dias 1, 2 e 3 de Agosto, das 08 às 20h00. Idên-

tico pedido de autorização é feito a 18 de Setembro do mesmo ano para a festa do Pai São Francisco, celebrada de 28 de Setembro a 4 de Outubro de 1913.

Curioso é o ofício nº 364, de 25 de Setembro de 1913, dirigido à Comissão Eclesial da Freguesia dos Mártires, a informar que a Mesa contribuía com cinco escudos para os actos de beneficência por ocasião do aniversário da proclamação da República. «Como, porém, recebemos uma outra circular da comissão da Escola 5 de Outubro, também da nossa freguesia, pedindo para fins idênticos, resolvemos dividir esta quantia pelas duas corporações, podendo V. Ex^a mandar receber a quantia de 2\$50».

O Irmão Ministro, a 16 de Julho de 1916, informa o Director Geral da Assistência que a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Cidade possui um Hospício, destinado a albergar os seus associados inválidos, um Hospital, onde são tratados os mesmos inválidos e outros doentes. Apesar de ser particular, «não deixará de abrir as suas portas e de oferecer ao Governo os seus serviços», «contanto que o Governo lhe forneça os médicos e enfermeiros especiais, material sanitário e aparelhos cirúrgicos indispensáveis, assumindo a Ordem o arranjo da alimentação dos doentes e pessoal».

2.2.2. *A Fraternidade no «Estado Novo» de 1926*

A 28 de Maio de 1926 inicia-se nova fase na história política de Portugal com a chamada «Revolução Nacional», criadora do «Estado Novo», que deu maior liberdade de movimentos à Igreja Católica.

Na sessão de 8 de Junho de 1926, o Dr. Júlio Eduardo dos Santos, irmão da Fraternidade, compromete-se a proferir uma conferência sobre o Irmão Sol, dentro das comemorações do *sétimo centenário da morte de São Francisco de Assis*. É ainda este irmão que representa a Fraternidade no Congresso Ibero-Americano realizado em Madrid em Junho de 1927.

O Doutor António de Oliveira Salazar, Ministro das Finanças e futuro Primeiro Ministro por longos anos, esteve internado largos dias no Hospital em meados de 1929. O Irmão Ministro da Fraternidade, P. Domingos Nogueira, propôs ao Conselho a sua admissão como irmão da Ordem. Se a proposta foi bem recebida para entrar na qualidade de «irmão remido» (sem jóia e sem cota anual), o certo é que este desejo da Fraternidade não se concretizou.

Já o convite ao Presidente da República, General António Óscar de Fragoso Carmona, e sua mulher para serem membros Honorários da Fraternidade, resultou. A Mesa da Fraternidade admitiu-os a 25 de Abril de 1938. Como que em retribuição, a 8 de Dezembro do mesmo ano, Carmona deslocar-se-á ao Hospital da

Ordem Terceira da Cidade para agraciar com o grau de Comendador da Ordem da Benemerência Monsenhor Domingos Manuel Fernandes Nogueira, Ministro da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Cidade desde há longos anos.

2.2.3. *A vida da Fraternidade após a Concordata de 1940*

A Concordata, firmada entre o Governo português e a Santa Sé a 7 de Maio de 1940, abriu caminho para a legalidade das instituições Religiosas, ainda que a 10 de Maio de 1940 a nova *Comissão Administrativa* da Fraternidade foi homologada por alvará do Sr. Governador Civil de Lisboa.

Desde 1933 que se preparavam novos Estatutos. A sua necessidade tornara-se agora mais urgente, para os adequar à lei da Concordata. Eles foram aprovados em Assembleia-Geral a 5 de Julho de 1943; o Ministro Provincial da Ordem dos Frades Menores, depois de retocados, deu-lhes o seu aval a 11 de Fevereiro de 1945.

2.2.4. *Regresso dos Frades Menores à direcção espiritual em 1945*

Chegara a hora de os Frades Menores, depois de 1834, voltarem à direcção espiritual desta Fraternidade. Já por Decreto de 2 de Janeiro de 1945, o Ministro Provincial nomeia e dá posse à *Mesa Administrativa*, estando presente, inclusive, o franciscano P. José Alves Pereira, «Delegado do Provincial junto da Mesa» e que virá a ser o primeiro Comissário (hoje com o nome de Assistente espiritual).

Em ordem à ampliação do Hospital, a 25 de Maio de 1948 o Irmão Ministro propõe para chefe da Secretaria e com amplos poderes de administrador, em ordem ao saneamento financeiro das obras sociais, mediante vários Regulamentos, o que provocaria algum desagrado aos atingidos pela reforma.

A situação económica não melhora ao ritmo pretendido, e Américo Godinho pede a demissão de Administrador em Março de 1954, que não é aceita. É que as decisões tomadas a 30 de Março de 1952 em Assembleia-Geral não tinham produzido o efeito desejado.

Desempenhava a função de Irmão Ministro o Dr. Anacleto Bernardino Miranda (1946-1979), que não esqueceu as «tremendas crises» e «situações muito críticas» por que passou a Fraternidade nos últimos anos, até 1945, quando se nomeou a primeira Mesa da reforma por intervenção do Provincial P. Manuel Taveira da Silva, que restabeleceu a normalização de funcionamento da Assembleia-Geral. O grande projecto era o novo edifício hospitalar, a ser erguido com o rendimento da «Casa de Saúde» e um empréstimo. Na sua gerência, deu-se início à reorganização profunda da Casa de Saúde, Hospital de Sinistrados, Hospício e Farmácia.

2.3. Arrendamento do Hospital em 1958 até 1977

Em Maio de 1957, o P. Joaquim Gomes da Costa Peixoto, OFM, na qualidade de Comissário, sugere o arrendamento do Hospital, o que viria a concretizar-se em Fevereiro de 1958.

Na Assembleia-Geral de 13 de Janeiro de 1958 deliberou-se a entrega, por concessão, durante 19 anos, da administração das obras sociais da Fraternidade ao Eng. Américo Godinho, que escolheu para seu adjunto Alfredo dos Santos Freire, entrado na Fraternidade em 8 de Dezembro de 1958 e que professou a Regra um ano depois.

O Contrato, muito minucioso nos direitos e deveres do Administrador concessionário, termina por *Caderno dos encargos*.

2.3.1. A Fraternidade durante o regime de Concessão das obras sociais

A 30 de Março de 1960, em Assembleia-Geral, presidida pelo novo Assistente religioso P. Joaquim Cerqueira Gonçalves, OFM, apreciaram-se e aprovaram-se as contas de 1958 e 1959. A franca recuperação era evidente. O Administrador cumpria o caderno de encargos.

2.3.2. A Ordem Terceira após a revolução de 25 de Abril de 1974

A turbulência provocada pela «revolução dos cravos», em 25 de Abril de 1974, fez-se também sentir no Hospital da Ordem Terceira da Cidade. O novo Conselho da Fraternidadevê-se confrontado com exigências dos trabalhadores. Assim é que a 10 de Maio de 1974, em reunião magna dos trabalhadores com o Administrador Américo Godinho resultou um *Conselho Consultivo dos Trabalhadores*, de vida efêmera, o qual daria lugar, em 15 de Janeiro de 1975, a uma *Comissão de Trabalhadores*. Américo Godinho aceitou, em princípio, o «controlo operário», mas acabou por retirar para Angola em começo de Novembro de 1975, tendo deixado em seu lugar o Adjunto da Administração, Alfredo dos Santos Freire. O contrato caducava a 25 de Dezembro de 1977.

De qualquer forma, a revolução do 25 de Abril de 1974 obrigou a dar uma volta grande à administração desta Ordem Terceira. Os salários quase triplicaram de 1974 a 1977; os encargos sociais subiram 24% e o número de trabalhadores aumentou de 178 para 250. As tabelas dos utentes da Previdência, baixas e pagas a más horas, e dos doentes em geral foram aumentadas a partir de 22 de Novembro de 1976. O facto obrigou a Administração a recorrer a sucessivos financiamentos bancários.

2.4. Regresso da administração à Mesa da Fraternidade em 1977

Na reunião do Conselho da Fraternidade de 12 de Agosto de 1977, o irmão Freire lembrou que era preciso ir pensando na transferência das responsabilidades financeiras para a Mesa Administrativa. Por unanimidade a Mesa Administrativa deliberou assumir essa reesponsabilidade a partir de 26 de Dezembro de 1977. Os Institutos de Assistência passariam então a ser administrados directamente pela Mesa Administrativa. Por votação secreta, saiu nomeado Administrador do Hospital e dos demais Institutos de Assistência o irmão Alfredo dos Santos Freire.

Em Janeiro de 1980 levantou-se o problema da falta de irmãos nesta Fraternidade, quando em séculos passados eram aos milhares e de todas as classes sociais, desde nobres a simples artesãos e pobres de pedir. Corria-se o risco de se extinguir a Fraternidade. A média etária era elevada. O excepcional irmão Dr. Bernardino Miranda morreu a 4 de Abril de 1981, quando já lhe tinham dado sucessor como Irmão Ministro, a 11 de Maio de 1980, na pessoa do seu Vice-Ministro, Dr. Amândio Carmo Lopes.

Nesta eleição aparece o cargo novo de «Vogal de Formação», correspondente ao que noutros lugares se chama «Mestre de Noviços», por sinal exercido por uma senhora, a segunda senhora a entrar na «Mesa Administrativa», que mais tarde tomará a designação de «Conselho da Fraternidade».

Também nesta eleição aparece de novo a designação de «Assistente Espiritual» dada ao Comissário P. Alfredo Augusto Teixeira, que exercerá a função de 1980 a 1983. Suceder-lhe-á em Julho de 1984 o P. José da Costa Santos, OFM, que só em 2017 entregará o cargo ao confrade P. Albertino Rodrigues.

2.4.1. Anos de mudança depois de 1970

A década de 1970 foi um período de significativa evolução e reorganização na vida das Fraternidades da Ordem Terceira Franciscana em Portugal, mediante «Cursos de Fraternidade». A Fraternidade da Ordem Terceira de São Francisco da Cidade de Lisboa teve acção muito relevante neste trabalho, especialmente com a actuação de Alfredo dos Santos Freire, inclusivamente a nível internacional como conselheiro para a língua portuguesa.

A preocupação de tomar a Fraternidade mais adequada à evolução dos tempos, levou à publicação de novos Estatutos em 1975 e em 1983.

2.4.2. Pessoa colectiva e IPSS e de utilidade pública

A 18 de Maio de 1975, o Ministro Provincial dos Frades Menores, P. António Francisco Marques aprovou o novo Estatuto da Venerável Ordem Terceira de São

Francisco da Cidade. Segundo este Estatuto, a Ordem Terceira Franciscana só tem a tutela espiritual das autoridades religiosas. Ficava, porém, sujeita à tutela administrativa nos aspectos técnicos dos institutos de assistência.

A certidão do Governo Civil a comprovar o reconhecimento da Fraternidade como pessoa moral canonicamente erecta foi ensejo para se tratar da obtenção do cartão de pessoa colectiva e estudar o enquadramento das Ordens Terceiras com obras sociais dentro das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). O registo provisório, de 16 de Janeiro de 1988, foi convertido em definitivo a 17 de Outubro de 1989. Por outro lado, foi reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública pela Direcção-Geral da Segurança Social a 22 de Novembro de 1989.

2.5. A Fraternidade na passagem do século XX para o século XXI

No último quarto do século XX, as dificuldades económicas continuaram a ser uma preocupação. As exigências no campo da saúde eram cada vez maiores e as instalações hospitalares necessitadas de melhoramentos.

Por isso, a partir do ano de 1989, consolidadas as contas, começaram as obras de recuperação e remodelação do Hospital, impulsionadas e dirigidas pelo Eng. Orlando Carneiro Frada, que, também como Irmão Ministro, não descurou a dimensão apostólica e espiritual da Fraternidade.

A *Casa de São Francisco* abriu em 1991 com 33 utentes, servidos por 14 empregadas e uma Responsável.

No *Hospital*, obra maior da Fraternidade, realizaram-se obras no Bloco Operatório, em espaços destinados à Secretaria e Farmácia, na remodelação do 4º andar sul para Cirurgia, na entrada e sala de espera.

Se o património da Fraternidade em 1994 não ia além do Hospital, o prédio nº 5 da Rua Serpa Pinto, dois prédios urbanos e um terreno em Alhandra (Vila franca de Xira) e a «raiz de uma loja em Campo de Ourique», já a Fraternidade em si dispunha-se a crescer, a disponibilizar e a formar os irmãos para os diversos serviços, a atender e servir cristãmente os doentes do Hospital e da Casa de São Francisco, a estudar a Regra e as Constituições, a incrementar o espírito de comunhão fraterna mediante as reuniões mensais e outros encontros e a organizar um corpo de visitantes voluntários para acompanhamento dos doentes.

2.5.1. Do «Recolhimento» ao «Lar Casa de São Francisco»

Alfredo Freire, em suas *Nótulas Históricas*, de 1977, fala do Recolhimento para ambos os sexos, na dupla modalidade de gratuito e oneroso. Esta modalidade de

assistência coexistiu praticamente desde a criação do Hospital em 1672. Durante o período da concessão (1958-1977) as despesas eram muito superiores às receitas, pelo que em 1977 estava quase extinto.

Nos irmãos desta Fraternidade sempre esteve vivo o espírito das obras de misericórdia. Por vocação, é uma instituição de acolhimento, quer na modalidade de Hospital, quer como Hospício, Recolhimento, Lar ou *Casa de S. Francisco*, como hoje denominamos o espaço dedicado a acolher pessoas idosas.

A Casa de São Francisco, instalada primitivamente no segundo andar, inaugurada oficialmente no dia da Padroeira, 8 de Dezembro de 1983, estendeu-se seguidamente para a área norte. As novas instalações foram inauguradas em 15 de Maio de 1999.

2.5.2. *Comunicar e partilhar vida por Boletins*

O Assistente da Fraternidade P. Alfredo Augusto Teixeira, em meados de 1980, lançou a ideia da publicação de um boletim informativo, para além de *Folha de Acolhimento*, já oferecida a todos os doentes. Chamou-lhe *Voz de S. Francisco*, que se publicou durante cinco anos. Três anos depois apareceu o boletim *Fraternidade*, que em Maio de 1998 terminou no nº 13. Logo em Setembro saiu a público o sucessor, intitulado *Espírito e Vida*, que em 1999 tirou cinco números e a seguir passou a ser anual.

Em Julho de 2007 publica-se o primeiro número de *News Letter* com o título *Magazine*, em quatro páginas ilustradas, tendo como tema de fundo o serviço de Oftalmologia. O número seguinte, de Novembro de 2007, já traz o título definitivo: *Hospital da Ordem Terceira*.

2.5.3. *Ocorrências especiais no primeiro decénio do século XXI*

Entrados no século XXI, a vida da Fraternidade centra-se mais em si mesma como grupo de vida cristã e menos nas obras sociais de que é responsável. Elas são a expressão do espírito que a anima.

No relatório do ano 2000 cita-se o *Lar de Santa Clara*, instalado em andar do prédio nº 5 da Rua Serpa Pinto, alugado a preços módicos a empregados do Hospital.

Um dos beneméritos da Fraternidade, no final do século XX, foi sem dúvida o *Eng. Orlando Frada*. Entrado na Ordem Terceira a 15 de Julho de 1984, nela professou a 13 de Julho de 1986 e nela desempenhou os cargos de Vice-Ministro por duas vezes e de Ministro durante três mandatos. Nascido no Porto a 12 de Março de 1934, morreu em Lisboa a 7 de Dezembro de 2003.

A irmã *Maria dos Santos Cruz Beleza de Vasconcelos* é a primeira senhora a entrar no Conselho da Fraternidade, em 1977, e é eleita Ministra a 22 de Maio de 2004.

Segundo o *Relatório da Gerência de 2004*, o Hospital e os serviços anexos deram lucro, que foi absorvido pela a Fraternidade em si e pela Casa de São Francisco.

Na reunião do Conselho da Fraternidade de 9 de Janeiro de 2008, o Administrador Delegado informou que foi assinado o acordo com a ADSE, com efeitos a partir de 7 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, II série, de 7 de Janeiro.

No Relatório de Gestão de 2008 cita-se o Instituto Oftalmológico, como válida contribuição para a modernidade do Hospital, muito procurado por doentes de vista.

O Hospital tem 54 camas, cinco salas de operações, uma unidade de recobro e outra de cuidados intensivos. Na Policlínica efectuam-se consultas, entre outras, de cardiologia, cirurgia, dermatologia, fisioterapia, ginecologia, neurologia, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, psiquiatria e urologia. Há ainda exames complementares de diagnóstico, tais como análises clínicas, histológicas e hormonais, endoscopias, ecocardiograma, holter e radiologia.

2.6. Conclusão

Nos tempos áureos da Fraternidade – séculos XVII e XVIII – a preocupação máxima da «Junta» virava-se para o bem espiritual e social dos seus irmãos terceiros, que eram aos milhares e baixaram para as centenas e dezenas com o Liberalismo de 1834 e a República de 1910 e não subira significativamente com o «Estado Novo» (1926-1974) e a «Democracia» (1974-2017). No entanto, as obras sociais da Fraternidade, a partir dos meados do século XX, desenvolveram-se extraordinariamente graças ao empenho e saber das Mesas Administrativas e dos seus excelentes Irmãos Ministros.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IAN/TT) – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, cx 2225 (Processo 204) e cx.2266 (Processo 423/459).

Arquivo Histórico da Fraternidade de S. Francisco da Cidade.

Arquivo dos Vasconcelos de Vila do Conde.

Notícias curiosas pertencentes a esta Província de Portugal, manuscrito datado de 1825, do arquivo da Província Portuguesa dos Santos Mártires de Marrocos.

SACRAMENTO, Fr. António do. *História Seráfica*, 6ª parte (de 1718 a 1768), manuscritos 703 e 704 da Livraria do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IAN/TT) (Lisboa).

Bibliografia

- CALADO, Margarida. *O Convento de São Francisco da Cidade*. Lisboa, 2000.
- CALADO, Margarida. «O Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa». Em *Conversas à volta dos Conventos*, editado por Virginia Fróis, 189-205. Évora: Casa do Sul Editora, 2002.
- CARDOSO, Jorge. *Agiológico Lusitano dos Santos e Varões Ilustres em virtude do Reino de Portugal*. Lisboa, 1652-1666.
- CASTILHO, Júlio de. *Lisboa Antiga*. 2ª ed. Vol. 8. Lisboa, 1937.
- CELANO, Tomás de. «Vida Primeira». Em *Fontes Franciscanas*. Vol. 1. S. Francisco de Assis (Braga: Editorial Franciscana, 2005).
- ESPERANÇA, Fr. Manuel da. *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*. Vol. 1, Lisboa: Of. Craesbeeckiana, 1656. Vol. 2, Lisboa: Of. Antonio Craesbeeck de Mello, 1666.
- FREIRE, Alfredo Santos. *Nótulas Históricas*. Lisboa, 1977.
- História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, ano de 1708. 2 vols. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950-1972.
- LISBOA, Fr. Marcos de. *Primeira parte (segunda e a terceira que é escripta en Castellano) das chronicas da Ordem dos frades menores do Seraphico Padre San Francisco...: Copiada e tomada dos antigos livros, e memoriaes da Ordem*. 3 vols. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1615.
- REMA, Fr. Henrique Pinto e Fr. José da Costa SANTOS. *A Fraternidade da Ordem Terceira de São Francisco da Cidade de Lisboa e suas obras sociais*. Cascais: Lucerna, 2016.
- REMA, Fr. Henrique Pinto. «São Francisco da Cidade ou a Cidade de São Francisco». *Oli-sipo, Boletim Grupo Amigos de Lisboa* 2ª série, nº 29-30 (2008-2009): 37-42.
- RIBEIRO, Fr. Bartolomeu. *Os Terceiros Franciscanos Portugueses. Sete séculos da sua história*. Braga, 1952.
- SILVA, Francisco Pereira da. *Caminhos dos Terceiros Seráficos para a Celestial Pátria...* Lisboa, 1731.
- SILVA, Manuel Ferreira da. «S. Francisco da Cidade (Convento de)». Em *Dicionário da História de Lisboa*, 798-800. Lisboa, 1994.
- SOLEDADE, Fr. Fernando da, *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*. Vols. 3-5. Lisboa, 1705-1721.
- WADDINGO, Lucas. *Annales Minorum*. 19 vols. Roma, 1731 e ss.